

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE TERESÓPOLIS – CMDRST de 19 de fevereiro de 2025

Reuniram-se por convocação feita através do ofício 433/2025 no dia 19 de fevereiro de 2025 com primeira chamada às 15h30 minutos, e segunda chamada às 15:45 no teatro da Prefeitura Municipal de Teresópolis, Av. Feliciano Sodré, 675, Teresópolis. Os representantes das seguintes entidades: José Francisco Cortázio, Presidente do CMDRST e Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; o Sr. Dalton Lopes de Carvalho Vice-Presidente do CMDRST e representante da Cooperativa Agrícola de Capacitação e Geração de Renda da Microbacia do Rio Vieira-COOPVIEIRA; a Sra. Maria Cristina Guarilha, secretária do CMDRST e representante da Associação Vale dos Frades; o Sr. Kleber Cozzolino da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; o Sr. Ednei Pinheiro de Faria e a Sra. Rosana Martuchelli Nogueira da Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica de Lúcius e Comunidades Vizinhas; o Sr. Rodrigo Rosa de Medeiros do Sindicato Rural de Teresópolis; a Sra. Victoria Gonçalves do Canto da Secretaria do Meio Ambiente; a Sra. Larissa Resende da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia; a Sra. Clarisse Cerqueira Martins da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos; o Sr. Bruninho Almeida e o Sr. Fabinho Filé da Câmara Municipal de Teresópolis; o Sr. André Luís Costa de Azevedo Emater-Rio-Escritório Local Teresópolis; a Sra. Janaína Bernardo da Motta Benedito da Secretaria de Turismo; a Sra. Renata Mendes Barliza e a Sra. Renata Soares da Silva do Proteger Rural; o Sr. Maicon da Silva Rocha da Coop Vieira; o Sr. Marcos Vinicius subsecretário da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Constando o quórum, a secretária do conselho, Sra. Cristina Guarilha, abriu a reunião e perguntou se havia alguma alteração a ser feita na ata da última reunião de janeiro de 2025. Não havendo manifestações a respeito, a ata foi aprovada por unanimidade dos presentes. A Sra. Cristina Guarilha apresentou e deu boas-vindas a Sra. Janaína Benedito, da Secretaria de Turismo, e a Sra. Clarice Cerqueira, da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos; agradeceu a presença da Câmara dos Vereadores, representada pelos vereadores Fábio Filé e Bruno Almeida; agradeceu a presença de representantes do Proteger Rural; o Sr. Dalton falou da chamada pública e relatou uma reunião com a Secretaria de Educação, agradeceu a presença dos vereadores e explicou a importância de eles participarem das reuniões, pois não se trata apenas de estradas, mas também de política pública abrangente, como a merenda escolar, garantindo uma boa alimentação para os alunos do município e fomentar a agricultura; falou da situação atual da cooperativa, que conta com 46 cooperados, dos quais 35 possuem CAF e 30 fornecem produtos para a merenda escolar. Foi ressaltado que há a necessidade de buscar uma parceria com o poder público para garantir que o fornecimento de alimentos ocorra sem grandes intervalos, como tem acontecido; foi mencionado que as aulas já começaram e ainda não houve chamada pública, resultando na falta de movimentação. Diante disso, a cooperativa iniciou diálogos com a Secretaria de Educação, que demonstrou surpresa com a situação; a Emater e a Cooperativa de Vieira se colocaram à disposição para auxiliar no processo e fazer com que o sistema funcione de maneira mais eficiente; falou com os vereadores presentes para discutir a possibilidade de transformar a chamada pública em uma lei municipal. Dessa forma, garantindo que mudanças de governo não interfiram no processo de aquisição de alimentos; a Sra. Rosana Martuchelli solicitou que o Sr. André da Emater explicasse tecnicamente o procedimento, garantindo melhor esclarecimento sobre a proposta e o que pode ser feito para sua viabilização; pediu aos vereadores a viabilidade de uma legislação municipal sobre a chamada pública e ressaltou a importância de organizar os agricultores do município, garantindo que estejam devidamente inscritos nos cadastros estaduais, como CAF, para facilitar sua participação nas cooperativas e no fornecimentos de produtos. A reunião seguiu com a fala do Sr. André, que relatou que a conversa com a Secretaria de Educação foi muito produtiva, ele destacou que apresentaram diversas situações à secretária, incluindo a necessidade de publicação antecipada de chamada pública para evitar atrasos no fornecimento da merenda escolar. Foi ressaltado que a elaboração do edital deve ser feita com antecedência para evitar a entrada de entidades de fora do município, prejudicando os produtores locais, o atraso na criação do edital

pode gerar problemas e comprometer a organização dos fornecedores e a eficiência do processo, propôs-se que o edital de chamada pública seja elaborado no ano anterior as aulas, para permitir que o município garanta que os produtores locais sejam priorizados. De acordo com a legislação vigente, o edital pode estabelecer uma ordem de prioridade, privilegiando inicialmente os produtores da cidade, o que daria mais segurança e planejamento aos agricultores locais. A reunião com a Secretaria de Educação teve o objetivo de apresentar essas propostas e construir um trabalho conjunto, e não apenas cobrar providências. Como resultado, foi sugerida a criação de uma comissão para elaborar a chamada pública e fiscalizar os repasses. Além disso, discutiu-se o papel da Câmara Municipal no apoio à criação de uma legislação que fortaleça esse processo. O Sr. Kleber Cozzolino questionou como esse procedimento é feito em relação às escolas estaduais; o Sr. André explicou que existe uma comissão responsável por essa questão; falou que existe uma comissão estadual que a EMATER faz parte, que ajuda a disciplinar a definição dos cardápios; o Sr. Fábio Filé vereador, ressaltou a importância de alinhar bem o processo para garantir uma solução eficiente. O Sr. Rodrigo sugeriu a criação de um protocolo que assegure a continuidade da merenda escolar independente de mudanças de governo, este protocolo seria estabelecido por meio de um projeto de lei, garantindo a estabilidade do fornecimento e evitando interrupções. A proposta inclui a realização de duas chamadas públicas de forma consolidada. A Sra. Cristina Guarilha perguntou qual seriam as melhores datas para essa chamada pública e se já poderiam ser fixadas (final de novembro e meio do ano junho); o Sr. Rodrigo respondeu que o ideal seria no final do ano ou no início de janeiro, permitindo que os alimentos já estivessem disponíveis no início das aulas. O Sr. Dalton explicou que inicialmente, deve-se realizar a etapa da cotação de preços, seguida do edital; falou que é importante ter uma comissão e o Sr. Rodrigo propôs que um vereador integrasse a comissão do projeto da chamada pública para garantir maior transparência e participação legislativa. O Sr. Marcos Vinícius, subsecretário, apresentou um relatório e exibiu vídeos dos serviços realizados pela Secretaria de Agricultura no mês de janeiro. Ele destacou os locais atendidos e as manutenções feitas, mencionando serviços de patrolamento, manutenção de pontes, atendimento às escolas e limpezas de valas ; falou dos problemas encontrados na secretaria, da falta de material para trabalhar, das máquinas danificadas e falta de algumas ferramentas; falou que os relatórios estão à disposição de todos e que apesar das dificuldades, afirmou que, com muito trabalho e dedicação, as demandas estão sendo atendidas; levantou uma questão sobre o número de agricultores cadastrados e falou que o ministério da agricultura chamou a sua atenção falando que existe apenas 300 cadastrados, questionando a destinação de recursos para Teresópolis, alegando que o número de agricultores não justifica os investimentos. O Sr. Rodrigo de Medeiros informou que há mais de mil agricultores com inscrição estadual, e o Sr. André da Emater afirmou que no último levantamento tinha mais de novecentos. O Sr. André falou que a falta de documentação impede muitos agricultores obterem o CAF. O Sr. Marcos Vinicius reforçou que é necessário resolver essa questão o quanto antes; falou que haverá uma equipe técnica fazendo uma visita aos agricultores. O Sr. André falou que o CAF não é critério; falou que o Ministério da Agricultura não pode usar isso como justificativa, pois estão sendo equivocada na própria política, portando, utilizar o CAF como justificativa para o não repasse ou não aplicação de recursos financeiros não é um parâmetro adequado, no que pode prejudicar os agricultores. O Sr. Rodrigo afirmou que o CAF não define, por si só, mas é apenas um parâmetro; falou que é importante solicitar informações à Secretaria da Fazenda sobre o número de inscrições estaduais existentes em Teresópolis, e quantas estão ativas; sugeriu fazer um documento para esclarecer essas questões ao Ministério da Agricultura; falou que o que define um agricultor é sua inscrição estadual ativa, e que a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro pode fornecer esses dados. O Sr. André falou que o CAF não deve ser considerado como único parâmetro, pois muitos agricultores não têm emitido o documento devido ao fato de estarem recebendo o Bolsa Família, para evitar a perda do benefício, evitam o registro, o que gera distorções na identificação dos produtores locais. O Sr. Rodrigo destacou a necessidade de elaborar um relatório detalhado para apresentar a realidade da agricultura em Teresópolis ao Ministério da Agricultura, demonstrando dados concretos sobre a quantidade de produtores cadastrados e ativos no município; e sugeriu a criação de um programa de incentivo para que os produtores possam se

legalizar. O Sr. André explicou que o governo do estado do, em articulação com a Federação de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, criou uma lei que concede isenção de até 1000 KWh por mês na conta de luz para produtores rurais, mas para ter acesso a esse benefício, é necessário possuir a inscrição Estadual de Produtor Rural ativa, e além disso um atestado da EMATER Rio confirmando que o requerente é produtor rural e um comprovante de consumo de energia elétrica para aderir à tarifa especial. A Sra. Renata, coordenadora do programa Proteger Rural, apresentou dados indicando que Teresópolis tem mais de 1,000 produtores rurais; falou que 70% desses produtores não emitem nota fiscal, e não fazem o DECLAN; falou que ainda existem áreas para ser visitadas, e que esse ano eles vão dar continuidade ao projeto, que tem parceria com a Unifeso, Prefeitura de Teresópolis, com apoio da EMATER; se colocou à disposição para conversar e mencionou que pode fornecer dados. A Sra. Larissa Resende solicitou esses dados filtrados para que fossem disponibilizados no site de dados abertos, permitindo o acesso da população. A Sra. Renata explicou que não é possível divulgar os nomes das pessoas. O Sr. Rodrigo sugeriu que o subsecretário Marcos Vinícius levasse ao Ministério da Agricultura a problemática e as dificuldades enfrentadas pelos agricultores de Teresópolis para se regularizarem, especialmente em relação à questão fundiária e aos diversos documentos exigidos. O objetivo seria verificar de que forma o Ministério da Agricultura poderia contribuir para modificar essa situação no município. Ele reforçou a necessidade de esclarecer e solicitar apoio para essa mudança. O Sr. Marcos Vinícius destacou a importância de conscientizar os agricultores sobre os benefícios e riscos envolvidos na regularização. Além disso, mencionou que Marcelo irá disponibilizar dois estagiários para acompanhar as lavouras do município. O Sr. José Cortázio sugeriu que os estagiários fossem acompanhados por um líder comunitário, a fim de evitar que os agricultores se sentissem intimidados ou receosos. O Sr. André, da EMATER, apresentou um relatório sobre a produção agrícola de Teresópolis. Ele informou que o município possui uma área superior a 744 km² e abriga um universo de mais de 5.000 famílias rurais. Destacou que, devido à grande extensão territorial e à diversidade de produtores, o levantamento de dados se torna uma tarefa complexa. No entanto, ressaltou que a EMATER realiza mensalmente um levantamento das principais culturas do município e que existe um sistema denominado Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola para monitorar essas informações. A EMATER possui um sistema mais amplo chamado AGROGEO, onde todos os bancos de dados da instituição são armazenados; falou do levantamento de 2024; falou que os dados são atualizados mensalmente, detalhando informações sobre áreas, produtos e valores. Em 2024, conseguiram registrar 4.106 produtores, com uma produção total de 117.261,74 toneladas, abrangendo 4.238 hectares utilizados. O preço médio da tonelada foi de R\$ 3,19, e a produtividade foi de 27,66 toneladas por hectare, resultando em um valor bruto da produção de R\$ 374 milhões. Também foram mencionados gráficos comparativos entre cidades, produção e cultivos. Todos esses dados serão disponibilizados no site da EMATER. Ele destacou que esse trabalho só é viável devido à parceria com o município, principalmente em relação ao fornecimento de combustível, tornando-se, assim, um esforço conjunto. O Sr. Kleber explicou que, há algum tempo, havia sido elaborada uma minuta de um projeto de lei para a criação do conselho. No entanto, ele ressaltou que o conselho atual está completamente desatualizado, pois sua composição e as regras que o regem não seguem mais o projeto original. Dessa forma, concluiu que o conselho, na prática, encontra-se em situação irregular. Caso hoje alguém questione as decisões que o conselho tomar com base naquele decreto, estaremos em situação ilegal. Diante disso, há bastante tempo foi elaborada uma minuta de projeto de lei, que passou pela Procuradoria e pelo Gabinete do Prefeito. Esse projeto deveria ter sido encaminhado à Câmara na legislatura passada, mas não sabemos que fim levou. O Sr. Kleber pediu aos vereadores presentes que tomassem ciência da situação. Em decisão do conselho, ficou definido que o projeto será novamente encaminhado ao Gabinete do Prefeito. O Sr. Kleber mencionou que, após aprovação na Câmara, o projeto se tornará lei e, posteriormente, será necessário elaborar um novo regimento interno. A Sra. Cristina destacou a necessidade de resolver essa questão até abril. Ela solicitou ao secretário e ao subsecretário que despachassem com o prefeito, pedindo urgência na tramitação do projeto. A Sra. Cristina agradeceu à Secretaria de Agricultura pelo atendimento na localidade dos Frades. Ela mencionou que a região ainda necessita de roçada, manutenção dos bueiros e abertura de

saída para a água. O Sr. Dalton agradeceu pela roçada realizada em Santa Rita. No entanto, destacou os problemas causados pelo fato de a população estar fazendo plantações no meio da rua, o que tem dificultado a passagem do ônibus escolar. A Sra. Rosana questionou a situação do asfalto no município. O Sr. José Cortázio informou que, infelizmente, ainda não há nenhuma iniciativa em andamento. A Sra. Rosana ressaltou a necessidade de uma reforma completa na estrada, incluindo recapeamento. Além disso, apontou a urgência da remoção de carros velhos que estão abandonados no município. A Sra. Rosana também agradeceu à Secretaria de Desenvolvimento Social e destacou a entrega do Programa de Aquisição de Alimentos (P.A.) à mulher que foi renovada e está novamente em funcionamento no município. Junto com a Coop. Vieira, tem-se o prazer de realizar o Programa de Aquisição de Alimentos (P.A.), que é produzido exclusivamente por mulheres, com a inscrição estadual de mulheres, sendo esta uma luta de muitos anos. Foi mencionado que a parceria com o CRAS representa uma grande vitória. A Sra. Janaína Barbosa, da Secretaria de Turismo, afirmou que está à disposição dos produtores rurais para ajudar a fortalecer o setor. O Sr. Rodrigo sugeriu a criação de uma linha de trabalho que priorize a manutenção das estradas utilizadas pelo transporte escolar. Além disso, propôs a elaboração de um projeto para a substituição das pontes de madeira por pontes de concreto dentro do município. Ele também destacou a importância de políticas públicas para impulsionar o desenvolvimento do município. Por fim, abordou os problemas relacionados às queimadas e mencionou a necessidade de implementar medidas preventivas a partir de julho. Foi discutida a importância da parceria entre o Meio Ambiente e a Agricultura para buscar recursos, com o objetivo de adquirir roçadeiras para manter as estradas sempre roçadas e, assim, evitar queimadas que costumam começar no acostamento; falou que o conselho da cidade irá convidar dois representantes para integrar uma comissão que fará a revisão da legislação municipal. Para isso, será necessário contar com representantes do Conselho de Agricultura e do Conselho da Cidade. A Sra. Vitória, representante do Meio Ambiente, informou que a secretaria está se reestruturando para atender melhor a população, tanto em questões de reformas quanto na participação de ações ambientais; falou da participação da Secretaria do Meio Ambiente no evento que a prefeitura está realizando, que se chama Domingo no Parque, e doações de mudas realizada nesse evento. Nada mais havendo a ser tratado o presidente encerrou a reunião e pediu que fosse lavrada esta ata.

Teresópolis, 19 de fevereiro de 2025.

JOSÉ FRANCISCO CORTÁZIO

DALTON LOPES DE CARVALHO

MARIA CRISTINA PERES GUARILHA